

SEÇÃO DE ENTREVISTAS

*Entrevista realizada com **André Botelho** – doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP (2002), professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com experiência na área de Sociologia, Pensamento Social Brasileiro e Sociologia Política, e concedida ao professor da UFES Mauro Petersem Domingues em junho de 2009.*

Mauro Petersem: Professor, em sua trajetória intelectual o Senhor tem privilegiado o pensamento social brasileiro. Um dos eixos de sua reflexão são as noções de “idealismo orgânico” e “idealismo constitucional” de Oliveira Vianna. O Senhor poderia nos definir essas noções e qual sua importância para o pensamento social brasileiro do século XX?

André Botelho: A hipótese de que as noções de “idealismo orgânico” e de “idealismo constitucional” de Oliveira Vianna possuem valor cognitivo heurístico para repensar a tradição intelectual brasileira, do Império aos nossos dias, é do Professor Gildo Marçal Brandão, do Departamento de Ciência Política da USP, que a formulou no livro *Linhagens do pensamento político brasileiro* (São Paulo: Editora Hucitec, 2007). No momento integro como pesquisador um Projeto Temático, da FAPESP, coordenado pelo próprio Prof. Gildo voltado justamente para uma investigação mais ampla e coletiva dessa hipótese. As noções de “idealismo orgânico” e de “idealismo constitucional” se referem especialmente às relações entre Estado e sociedade no Brasil. Ambas afirmam a centralidade do papel do Estado na formação social brasileira, com a diferença de que para os “idealistas orgânicos” um Estado forte far-se-ia necessário em decorrência do caráter inorgânico da sociedade e de sua fragilidade associativa, enquanto para os “idealistas constitucionais” um Estado todo poderoso sufocaria a sociedade e a fragmentaria. Assim, por exemplo, seria possível situar o liberalismo atual numa linha de continuidade que se inicia com a sugestão de Tavares Bastos sobre o caráter parasitário do Estado

brasileiro, bem como surpreender a atualização da crítica do visconde de Uruguai ao suposto utopismo dos liberais em autores contemporâneos. A própria idéia de linhagens, portanto, perseguindo o fio que nos tem ligado na prática contemporânea das ciências sociais ao nosso passado intelectual, permite repensar o pensamento social e político como um índice de existência de um corpo de problemas e soluções intelectuais a que autores e atores de diferentes épocas somos levados a nos referir, ainda que indiretamente e guardadas as especificidades cognitivas e políticas de cada um, no enfrentamento de velhas e novas questões. Enfim, o programa de pesquisa proposto consiste em perscrutar respostas particulares e muitas vezes descontínuas a problemas gerais da relação entre Estado e sociedade e, desse modo, em reconstituir um processo de acumulação intelectual e político estruturado e de longa duração por dentro da tradição brasileira. Contudo, porque as próprias interpretações do Brasil não operam apenas no plano cognitivo, mas também participam da modelagem das práticas e das próprias instituições políticas, a idéia de “linhagens” favorece ainda a percepção do papel dessas interpretações como forças sociopolíticas. Elas operariam como um repertório cognitivo a que diferentes atores sociais podemos recorrer para buscar motivação, perspectiva e argumentos em nossas contendas. Daí que, ultrapassando a definição minimalista de política centrada exclusivamente em seus aspectos institucionais, reconstruir as linhagens do pensamento social e político e estabelecer relações entre elas e as nossas formas atuais de sentir e pensar o Brasil e de nele atuar, acabe se revelando também uma condição de esclarecimento das estratégias contemporâneas de atuação política.

MP: Em sua opinião, o lugar que o pensamento social brasileiro ocupa nos cursos de graduação e de pós-graduação de Ciências Sociais e de História é adequado para sua importância para a formação desses profissionais? Por quê?

AB: Não saberia responder a questão em relação à área de História. No que diz respeito às Ciências Sociais, não parece exagero afirmar que o pensamento social e político vêm atingindo, desde a década de 1990, amplas condições de consolidação como área de pesquisa e ensino. Como indicam

diversos balanços realizados sobre a sua produção contemporânea em livros e também sob a forma de teses de doutorado; ou ainda como área de concentração temática no interior de instituições de pesquisa e ensino. Na mesma direção deve-se observar ainda sua vitalidade como Grupos de Pesquisa em associações científicas, como na Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS - e, sobretudo, na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais – ANPOCS, cujo GT Pensamento social no Brasil vem se reunindo continuamente desde 1981. Há também vários cursos de graduação em Ciências Sociais que prevêem em seus currículos disciplinas de sociologia brasileira ou pensamento social como componentes obrigatórias ou optativas. Um dos principais efeitos dessas múltiplas atividades tem sido o de reverter a imagem, algo difundida no passado recente das ciências sociais brasileiras, da pesquisa do pensamento social como um tipo de conhecimento antiquário sem maior significação para a sociedade e para as ciências sociais contemporâneas. Ainda que, em minha opinião, seja preciso estimular especialmente a pesquisa da dimensão teórica do pensamento brasileiro, problema que comparado às suas dimensões sociais, ideológicas e institucionais permanece quase inexplorado. Em parte, talvez, como decorrência da compreensão da dinâmica da vida intelectual brasileira, também ela marcada recorrentemente pela recepção de idéias, mas como se essa inevitável “aclimatação intelectual” não pudesse produzir formulações relevantes no plano propriamente teórico, bem como interpelações às premissas da sociologia clássica ou moderna.

MP: No momento, quais são os temas do pensamento social brasileiro que estão em sua pauta de estudos?

AB: Tenho procurado desenvolver em minhas pesquisas e estimular em minhas orientações de alunos de pós-graduação e graduação o interesse e o aperfeiçoamento de uma abordagem analítica do pensamento social brasileiro, que permita justamente qualificar o potencial teórico heurístico de suas formulações. No momento estou desenvolvendo, dessa perspectiva, uma

pesquisa sobre a sociologia política brasileira em sua seqüência cognitiva de formação, dos ensaios clássicos de interpretação do Brasil às pesquisas empíricas das ciências sociais da década de 1970, passando pelas pesquisas de alguns dos pioneiros da sociologia profissional. Assim, estou investigando temas como as relações entre público e privado, Estado e sociedade, autoridade e solidariedade, instituições políticas e vida social tal como formulados na tradição intelectual brasileira e sua capacidade de interpelação teórica às ciências sociais contemporâneas. Por exemplo, acabo de finalizar um artigo no qual discuto uma pesquisa clássica da tradição sociológica brasileira, *Lutas de famílias no Brasil* (1949) de Luis de Aguiar Costa Pinto, procurando evidenciar e analisar sua significação teórica mais ampla para o entendimento da formação do Estado-nação no Brasil. Procuo mostrar como *Lutas de famílias no Brasil* contribuem para desestabilizar a oposição dualista com que a relação entre público e privado vinha sendo interpretada no pensamento social brasileiro. Fundidos, público e privado encontrar-se-iam, para Costa Pinto, numa relação de interdependência histórica no sentido de que nenhum dos dois princípios de coordenação social isoladamente teria conseguido determinar o processo social na base dos seus valores ou interesses específicos. Assim procedendo, como argumento, Costa Pinto soube valorizar analiticamente as tensões contingentes imprimidas na vida social pelo processo de sua “nacionalização” operado pelo Estado-nação, antes que os impasses estruturais a que qualquer sociedade deveria vencer caso desejasse modernizar-se politicamente. Questão que vem sendo recolocada por diferentes vertentes da sociologia contemporânea, críticas dos sentidos normativos e teleológicos das teorias que se pautaram por uma perspectiva racionalista, segundo a qual a construção do Estado-nação configuraria um modelo universal definido a partir de certas experiências européias, na realidade, historicamente muito diversificadas e contingentes; ou ainda que a construção do Estado-nação pudesse, de fato, engendrar laços puramente civis, minimizando-se, neste caso, a persistência de formas mais primordiais de solidariedade social na sociedade moderna. Mas, bem pensado, essa valorização teórica das tensões imprimidas pelo Estado-nação à dinâmica

da vida social só ocorre mesmo após a generalização da apontada “crise” do Estado-nação como eixo político, cultural e institucional da modernidade. Quando então o caráter contingente de construto histórico desse tipo de ordenamento político se torna, enfim, mais evidente nas próprias experiências sociais que até então pareciam muito bem-sucedidas e mesmo acabadas a esse respeito.

MP: Ao longo do século XX as Ciências Sociais brasileiras passaram por um intenso processo de profissionalização e institucionalização. É possível fazer um balanço de perdas e ganhos que acompanharam esse processo?

AB: Acho que é possível e também necessário fazer esse balanço, ainda que, claro, essa seja uma tarefa coletiva para vários pesquisadores. Em linhas gerais, no entanto, mesmo sem minimizar as suas conquistas cognitivas, não deixa de ser um preconceito positivista considerar que ciências sociais, quando orientadas para o mundo empírico e para o acúmulo de conhecimento objetivo sobre ele, já deveriam ter solucionado as questões colocadas pelas interpretações mais antigas. Ao contrário, um dos principais desafios abertos à pesquisa do pensamento social, a meu ver, consiste justamente em perscrutar o sentido teórico heurístico das suas formulações clássicas. Assim, a aproximação de questões do presente a interpretações do passado talvez permita a crítica à abstração da constituição diacrônica e dinâmica da sociedade. Sem o que não se poderá ganhar uma visão mais integrada e consistente da dimensão de processo social que o nosso presente ainda oculta - presente no qual parte importante da sociologia contemporânea parece se refugiar. Esse me parece, aliás, um dos motivos para o interesse crescente pelo pensamento social e político brasileiro: em meio ao labirinto da especialização acadêmica contemporânea, e do decorrente fracionamento do conhecimento, ele também constitui um espaço social de comunicação entre presente, passado e futuro que pode nos dar uma visão mais integrada e consistente da dimensão de processo que o nosso presente ainda oculta – um fio de Ariadne, por assim dizer.